

## ERRATA - Belo Horizonte, dezembro de 1997.

Na edição da Revista Trabalho & Educação n.º 1, deixamos passar alguns erros, mesmo após inúmeras revisões. Alguns erros são de digitação, outros correspondem a dados de identificação do texto ou do autor. Priorizamos alterar os dados de identificação do texto ou do autor por entendermos ser impossível corrigir todos os erros de digitação. O leitor poderá observar que as incorreções não comprometem o conteúdo dos artigos. Publicamos essa errata, como encarte da edição da revista n.º 2, esperando reparar parte desse nosso deslize.

Comitê Editorial da Revista Trabalho & Educação

ERRATA		
PÁGINA.	ONDE ESTÁ ESCRITO	LEIA-SE
04	Este número foi financiado pelas FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) através do Programa de Integração de Pós-Graduação e Graduação (PROIN)	Este número foi financiado pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)
05	Educação, Trabalho, Cidadania, e Qualificação Social Francisca dos Santos	Educação, Trabalho, Cidadania e Qualidade Social Francisca dos Santos Gonçalves
06	Projetos em disputa: empresários trabalhadores, trabalhadores e a formação profissional.	Projeto em disputa: empresários, trabalhadores e a formação profissional.
48	Francisca dos Santos Educação, Trabalho, Cidadania, e Qualidade Social	Francisca dos Santos Gonçalves Educação, Trabalho, Cidadania e Qualidade Social
49	GONÇALVES, Francisca dos Santos. O conhecimento articulado ao trabalho e à vida. São Paulo- FAE- USP, 1996. (Tese, Doutorado em Educação)	excluído
14, 57, 76, 92, 129	Résumé	Resumée
14, 57, 76, 92, 129	Résumé	Abstract
113	Projetos em Disputa: Empresários Trabalhadores, Trabalhadores e a Formação Profissional.	Projeto em disputa: empresários, trabalhadores e a formação profissional.
193	GONÇALVES, Francisca dos Santos. O conhecimento articulado ao trabalho e à vida. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1996 (Dissertação, Mestrado em Educação).	GONÇALVES, Francisca dos Santos. Vida, Trabalho e conhecimento; metodologia para a elaboração coletiva e interdisciplinar do conhecimento fundado no trabalho como princípio educativo - uma contribuição para a formação do professor. São Paulo: FEUSP, 1995) (Tese, Doutorado em Educação) Orientador: Dirceu Ricci de Carvalho
196- linha	(Dissertação, Mestrado em Educação)	(Tese de Doutorado em Sociologie, changements, crises, mutations).

do como  
alho.  
as vezes,  
ização da  
da Escola  
essorado  
vidência  
as menos  
dades em

o tempo  
dores da  
ntores de  
a mais  
de todas

faça em  
setores

ressante

•••

W

# Neise Deluiz

## Projetos em Disputa: Empresários Trabalhadores, Trabalhadores e a Formação Profissional



Walter Trindade

Doutora em Educação pela UFRJ

Os anos 90 presenciam a ocupação do espaço público por atores sociais providos de interesses próprios- trabalhadores e empresários -, em torno das políticas de formação profissional. Entretanto, os motivos dos atores não são suficientes para explicar as ações e os resultados destas, tornando-se necessário contextualizar os processos de natureza social e política que fundamentam a dinâmica dos interesses em jogo. Trata-se, portanto, de compreender a materialidade das relações sociais capitalistas no Brasil nas últimas décadas e o processo de construção de atores sociais que se reconhecem como interlocutores legítimos e que, no âmbito da esfera pública, disputam a hegemonia de projetos educacionais, articulando as concepções, processos, conteúdos educativos, administração/gestão de recursos e financiamento da formação profissional, aos respectivos interesses de classe.

Embora os empresários industriais, organizados em torno da Confederação Nacional da Indústria (CNI) tivessem formulado, desde meados da década de 80, propostas concretas em relação às políticas educacionais diante das mudanças estruturais na economia brasileira, as discussões das Centrais Sindicais sobre o processo de reorganização industrial e as novas concepções de produção e suas implicações sobre as qualificações e a educação, só começaram a ganhar amplitude a partir dos anos 90. Este fato pode ser atribuído a situação específica do país na década anterior.

A década de 80 encontrou o Brasil imerso em uma profunda crise econômica, analisada por diversos economistas como uma crise de esgotamento de um padrão de desenvolvimento excludente e incapaz de dar conta da incorporação à 3ª Revolução Industrial. A ausência de discussão e negociação de um projeto nacional, que criasse uma nova lógica para nortear o desenvolvimento econômico, favorecendo a modernização da estrutura produtiva e da própria sociedade brasileira, retardou as possibilidades favoráveis de inserção do país na nova divisão internacional do trabalho.

A não definição, pelo Estado, de uma política industrial e tecnológica, aliada a instabilidade macroeconômica, num quadro de inflação, resultaram em uma estagnação da produção industrial, redução dos salários e do mercado interno, contração dos investimentos públicos - inclusive dos recursos destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico e formação dos recursos humanos e, conseqüente redução do esforço de incorporação do progresso técnico. A chamada "década perdida" conviveu, desta forma, com a deteriorização dos serviços de infra-estrutura econômica energia, transporte, comunicações ; e do sistema

educacional, ciência e tecnologia, afetados pela retração da ação estatal, gerando ineficiências e custos elevados, que representaram entraves a competitividade e a produtividade industrial.

Essa conjuntura de estagnação econômica não impediu, entretanto, que setores industriais, principalmente grandes empresas exportadoras, de capital estrangeiro, e concentradas na região sudeste, tenham buscado a modernização, mediante a incorporação da microeletrônica e das novas formas de organização do trabalho. Os impactos da recessão econômica, com a contração da demanda interna e a necessidade de fazer face a dívida externa, tornou a reconversão exportadora a estratégia central da política econômica para o enfrentamento da crise dos anos 80.

Se a década de 80 caracterizou-se pela crise econômica e a degradação de todos os indicadores sociais, com o recrudescimento dos níveis de pobreza urbana, por outro lado, foi retomado o processo de redemocratização do país, presenciando-se o ressurgimento da sociedade civil com novos atores sociais. Multiplicaram-se os movimentos sociais, ampliando-se a participação na esfera pública com o movimento das "diretas já" e pela Constituinte de 1988.

Os empresários em 1980 instituem o Sistema CNI, modernizando sua estrutura político-técnica-administrativa, com vistas a reconquista da hegemonia política junto ao capital industrial e ao capital em seu conjunto. Consolidados em sua representatividade política elaboram, a partir de 1985, propostas para a política econômica, tendo em vista a Assembléia Nacional Constituinte. Ao movimento sindical tradicional contrapôs-se um sindicalismo mais orgânico e politizado. No período 1983-1991 foram elaboradas os projetos que configuraram as Centrais Sindicais: A Central Única dos Trabalhadores (criada em 1983); a Central Geral dos Trabalhadores em 1986 e sua posterior subdivisão em 1989 com a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores, e as das propostas do "sindicalismo de resultados" com a reorganização política no campo da CGT, e a criação da Força Sindical, em 1991.

No início dos anos 80 o movimento sindical tinha sobre a problemática educacional brasileira idéias ainda genéricas. Enfatizava-se o "ensino público e gratuito em todos os níveis" e a "democratização dos serviços básicos como a educação". No que se refere aos impactos das novas tecnologias e das novas formas de organização da produção sobre o mundo do trabalho, o sindicalismo brasileiro apresentava uma atuação tímida neste momento, devido ao próprio processo, ainda incipiente, de reestruturação produtiva.

Em 1985 a CUT criou a Comissão Nacional de Tecnologia e Automação (CNTA) vinculada a Secretaria de Política Sindical, que passou a realizar seminários, teses para os congressos e a produzir documentos visando "intensificar nas bases do movimento sindical o debate sobre a tecnologia no interesse dos trabalhadores". Durante a década de 80, os vários textos produzidos pela CUT enfatizavam uma relação unilinear entre automação e desqualificação. Embora estudos do DESEP (Departamento de Estudos Sócio-econômicos da CUT/SP) admitissem a existência de mudanças no conteúdo do trabalho e na estrutura das qualificações diante dos processos de automação, assinalando a eliminação gradativa do trabalho do operário desqualificado, a simplificação do trabalho complexo, e a segmentação da força de trabalho, o 3º CONCUT de 1988, retoma a tese da relação mecânica entre automação e desqualificação, embora reconhecesse o caráter positivo do progresso técnico, sempre e quando houvesse controle do processo de introdução das novas tecnologias pelos trabalhadores.

Entre as diretrizes do 3o Concuto para 88/91, apontava-se uma vez mais, para a necessidade de desenvolver atividades que objetivassem a sensibilização do trabalhador para o processo de introdução das inovações tecnológicas. Na realidade, a participação dos sindicatos nas negociações sobre a automação era, na ocasião, incipiente. Pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho em 1986 e primeiro trimestre de 1987, indicava que de um total de 25.459 cláusulas negociadas, somente 127 referiam-se a relação automação/treinamento e qualificação/treinamento, enquanto que de 9.046 cláusulas negociadas no primeiro trimestre de 1987, abrangendo todo o país, apenas 88 referiam-se ao tema.

Embora a partir de 1988 os debates sobre os efeitos da automação sobre as qualificações tenham se tornado mais constantes, a discussão sobre o papel da escola e do sistema educacional na formação do trabalhador, ficou minimizada. Ressalte-se que, durante toda a década de 80, as lutas sindicais voltaram-se, prioritariamente, para as reivindicações econômicas mais urgentes (melhores salários e condições de trabalho, maior estabilidade), deixando em segundo plano as questões mais amplas como a defesa e a ampliação da escola pública de qualidade (o acesso, a permanência e a discussão dos conteúdos) e a vinculação do sistema educacional com o mundo do trabalho como condição básica não só de maior produtividade, mas de cidadania.

Por outro lado, os empresários, em meio as deliberações do Congresso Constituinte, preparava-se, através da CNI, para intervir na definição da política econômica do país e no redirecionamento da formação profissional. Nos documentos do Instituto

TI  
Euald  
produç  
se a cor  
empres  
pelas d  
Ainda  
Estraté  
educac  
Emprei  
o aume  
docum  
recurse  
avaliac  
privado  
com a l  
diretan  
Centro  
progra  
fora da  
em cel  
sobre  
Gover  
para co  
serviço  
inclus  
empre  
Consti  
forma  
necess  
de ma  
Em 19  
da ind  
e estra  
no qu  
empre  
adequ



Euvaldo Lodi (IEL), são propostos novos conteúdos da relação educação e produção, sob a ótica empresarial, e através de convênio CNI/CRUB estabeleceu-se a complementariedade entre sistema educacional público e sistema educacional empresarial, através de ações conjuntas entre professores e executivos responsáveis pelas diversas fases da produção industrial.

Ainda em 1988 foi divulgado o documento "Competitividade Industrial - Uma Estratégia para o Brasil" da CNI, que diagnosticava a agilidade do sistema educacional e a reduzida integração entre Universidade/ Institutos de Pesquisa / Empresas, como obstáculos a efetivação de uma política tecnológica que garantisse o aumento da competitividade da indústria brasileira. Entre outras propostas o documento recomendava ao sistema educacional : maior rigor na transferência de recursos para o sistema universitário, devendo este subordinar-se a critérios de avaliação da qualidade dos centros de ensino; incentivos a participação de recursos privados na manutenção do sistema de ensino público; apoio a educação básica, com a implementação de programas especiais de alfabetização de adultos voltados diretamente para a força de trabalho industrial já empregada; identificação de Centros de Excelência Universitária, devendo o MEC divulgar a avaliação dos programas de graduação e pós-graduação ; integração dos docentes em atividades fora da Universidade, participando de consultorias externas ; criação de conselhos em centros de pesquisa com a participação empresarial, e poder de influência sobre as linhas estratégicas de pesquisa; participação empresarial nos órgãos do Governo responsáveis pela formulação da Política Tecnológica; definição de metas para centros de pesquisa que impliquem em uma maior dependência de vendas de serviços; redefinição de funções e objetivos dos institutos de pesquisa tecnológica, inclusive os sob controle de governos estaduais em direção a uma atitude empresarial.

Constata-se que a intervenção dos empresários concentrava-se na pesquisa e na formação de técnicos e especialistas, nos níveis superiores de escolarização, necessários a etapa de intensificação do uso da tecnologia na produção industrial e de maior racionalização do trabalho e do processo produtivo.

Em 1989 foi realizada pesquisa pela CNI, com 550 dirigentes de empresas líderes da indústria brasileira e a divulgação dos resultados, no documento "Competitividade e estratégia industrial: A visão de líderes industriais brasileiros", demonstrou que, no que se refere a área de formação de recursos humanos, as opiniões dos empresários foram desfavoráveis ao sistema educacional, por não atender adequadamente as necessidades das empresas no desenvolvimento de profissionais

para as atividades de gerencia e engenharia. O sistema de treinamento de pessoal de nível técnico teve uma avaliação um pouco mais positiva, mas que sinalizou a necessidade de aperfeiçoamento.

A formação profissional de nível médio fornecida pelos empresários aos trabalhadores foi avaliada por estes últimos em pesquisa iniciada pelo DIEESE em 1989 e divulgada em 1992. A pesquisa mostrou que os trabalhadores tinham consciência de suas dificuldades com relação a formação profissional, e que procuravam a qualificação como forma de desenvolvimento pessoal e profissional, esbarrando, muitas vezes, na realidade das necessidades das empresas. As respostas dos trabalhadores a pesquisa demonstraram opiniões polarizadas quanto a concepção de formação, com algumas limitando-se a dimensão técnica, e outras privilegiando o conteúdo político da formação. A avaliação da formação existente esteve ligada as expectativas dos trabalhadores. Consideravam boas as escolas do SENAI e SENAC, entretanto, poucos conheciam as fontes de recursos e os mecanismos de financiamento destas entidades. Em termos gerais, aponta a pesquisa, os trabalhadores tinham um projeto de formação profissional com dois pontos básicos: a prioridade absoluta para o ensino básico de boa qualidade para todos e o reconhecimento da necessidade de participação dos trabalhadores na direção e gerencia de sua formação profissional. Só assim estaria garantida uma formação que atendesse também as suas necessidades.

Nos anos 90, a discussão sobre formação profissional ganhou vulto no movimento sindical. Na década de 90 recrudesceram os processos de reestruturação industrial diante do crescente envolvimento do país no mercado internacional e do aumento dos níveis de automação e das novas concepções organizacionais. Se bem permanecessem elementos característicos da organização taylorista/fordista na produção industrial, a competitividade intercapitalista passou a exigir cada vez maiores níveis de racionalização dos processos de produção. A necessidade de uma força de trabalho melhor qualificada para integrar-se ao novo "paradigma" tecnológico da informação revelava a urgência do debate sobre as relações entre tecnologia/trabalho e qualificações profissionais por todos os atores sociais envolvidos no processo.

As Centrais Sindicais não abdicaram dessas discussões e, em abril de 1990, foi organizado o "Seminário Tecnologia e Organização do Trabalho: A Resposta dos Trabalhadores", promovido pela CUT/Secretaria de Política Sindical / CNTA e apoiado pelo Dieese, Fase, Ibase, Coppe, UFRJ/Ildes, em que se discutiram as estratégias dos trabalhadores e empresários diante das modificações nas relações

de trabalho industriais nos anos 80 e elementos para a construção das estratégias de respostas dos trabalhadores frente as novas tecnologias nos anos 90. O Seminário apontava, como uma de suas conclusões, uma conscientização pequena, por parte dos sindicatos, sobre o significado mais profundo das novas tecnologias.

Em março de 1992, foi divulgado o documento "Recursos Humanos e Formação Profissional" pelo IBMDS (Instituto Brasileiro de Modernização e Desenvolvimento Sindical) ligado a Força Sindical. Nele eram apresentados subsídios para um projeto de desenvolvimento para o Brasil e para políticas de formação profissional, até o nível médio de ensino, e comentários sobre gestão de recursos humanos no processo produtivo e do sistema formador, em função de novos padrões de organização da produção e do trabalho. Este documento era uma versão preliminar da proposta atual da Força Sindical.

A articulação entre empresários e trabalhadores em torno da formação profissional ocorreu em junho de 1992, quando encerrou-se a primeira etapa do Forum Capital/Trabalho, que tinha como objetivos iniciais um diálogo entre as Centrais Sindicais e entidades empresariais sobre problemas básicos da sociedade brasileira, entre estes o da educação, ciência e tecnologia. Do Forum participaram a CGT, a CUT, a Força Sindical, a FIESP, a FCESP, a CNT, o PNBE, a SRB e a OCB, além da USP.

A "Carta Educação" discutida no Forum enfatizava: que "é impraticável a modernização da produção sem a universalização da instrução fundamental", que "empresas e sindicatos devem se dispor a uma ação concreta na recuperação educacional da força de trabalho", que "capital e trabalho consideram fundamental que os fundos de caráter social destinados a educação tenham efetiva gestão tripartite", que "capital e trabalho podem atuar na educação complementar (atualização técnico-cultural) e que a "necessidade de uma valorização do trabalho é fundamental na estruturação da sociedade brasileira, transcendendo a melhoria da qualidade da educação formal, incluindo mudanças comportamentais e de valores para que o trabalho passe a ser considerado uma atividade importante como valorização humana"

Em 1993, os empresários divulgaram o documento "Educação Básica e Formação Profissional: Uma visão dos Empresários", por ocasião da VI Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais. Tendo em vista as exigências de competitividade e de produtividade da indústria, o documento apontava, como principais estratégias, a manifestação permanente de apoio efetivo a todo esforço, que se faz urgente e necessário, de universalização da educação básica (primária e secundária), através



não só do financiamento direto da criação de escolas para os empregados, mas na contribuição final efetiva.

Outra estratégia seria “exigir juntamente com outros segmentos da sociedade, participação efetiva na gestão das instituições educacionais”, traduzida na gestão administrativo-financeira das escolas, na discussão da definição dos currículos e nos conteúdos de formação. Com relação a formação profissional, seja nas instituições especializadas- que devem seguir mantidas pela contribuição empresarial- ou no treinamento na empresa, os empresários deveriam induzir a adoção de modelo pedagógico e de conteúdo de treinamento que estejam adequados as novas exigências de aumento de competitividade, a níveis internacionais, e da qualidade do setor produtivo.” A formação profissional deveria ser complementar a educação básica e permanente, garantindo aos trabalhadores as competências necessárias de empregabilidade longo prazo.

No documento dos empresários evidencia-se a necessidade de valorização do fator trabalho como condição essencial ao aumento da qualidade e eficácia das empresas. A formação específica e restrita para os postos de trabalho é insuficiente, contraproducente, e um modelo superado diante das exigências da produção. A ênfase na formação geral, viabilizada pela educação básica, passa a ser estratégica, frente aos desafios da produtividade em mercados cada vez mais competitivos. Como garantia de controle do processo de formação dos trabalhadores, é proposta a ampliação da participação direta dos empresários no sistema educacional nacional mas, em contrapartida, fica assegurada a gestão privada das agências de formação profissional, embora estas cumpram função de publicar que seja de interesse de todos os segmentos sociais.

De 1992 a 1994, a CUT divulgou inúmeros textos discutindo as bases para uma política de formação profissional que foram discutidas no CONCURT, de junho de 1994. Neste encontro, em sua resolução 14, a formação profissional passou a ser considerada, “como parte de um projeto educativo global e emancipador”, recusando-se a concepção de formação profissional “como simples adestramento ou treinamento ou como mera garantia de promoção da competitividade dos sistemas produtivos”. A formação profissional passou a ser compreendida como “patrimônio social”, devendo “ser colocada sob a responsabilidade do trabalhador e estar integrada ao sistema regular de ensino”, e “estar submetida ao controle direto do Estado”. Os trabalhadores deveriam intervir nesse processo, participando, através de suas organizações, da definição, da gestão e do acompanhamento e da avaliação das políticas e dos programas de formação profissional”.

A CUT pa  
da OIT, q  
e program  
internaci  
Formaçã  
com dota  
gestão e l

A Força S  
Projeto pa  
de recurs  
formador  
básica da  
operador  
do sistem

Finalmen

“Contribu  
Profissio  
propunha  
nacional  
regular d  
gestão tri  
agencias

As discus  
Sindicais,  
o longo p  
o mundo  
produtiva

O Pensar  
posiciona  
analise d  
Proposta  
relação a  
Partida: P  
entrevista  
regiões d

A CUT passou a reivindicar, igualmente, sua participação “nos termos da resolução da OIT, que prevê a gestão tripartite na gestão dos fundos públicos e na agências e programas de formação profissional de alcance municipal, estadual, nacional e internacional”. Assinalava, ainda, a “luta pela constituição de Centro Públicos de Formação Profissional, devidamente integrados ao sistema nacional de educação, com dotação orçamentária específica e sistema democrático e transparente de gestão e fiscalização”.

A Força Sindical, por sua vez, apresentou, em 1993, o seu documento central: “Um Projeto para o Brasil : A Proposta da Força Sindical “, no qual destacava a formação de recursos humanos e as questões básicas para a modernização do sistema formador de recursos humanos no Brasil : “a melhora nos padrões de escolaridade básica da população; novas metodologias de ensino ; a adequação da estrutura operacional do sistema formador a nova realidade e a democratização da gestão do sistema, com maior participação dos trabalhadores”.

Finalmente no ano de 1995, a CUT divulgou dois documentos :

“Contribuição para a Formulação de Políticas da CUT no campo da Formação Profissional “ e “Rumo a construção de um Projeto Educacional para o País “, que propunham o caráter público da educação, sua democratização, busca de um padrão nacional unitário de qualidade, a integração da formação profissional no sistema regular de ensino, a criação de Centros Públicos de Formação Profissional e a gestão tripartite na definição de diretrizes, na gestão e no controle dos fundos e agências de formação profissional, reafirmando o Concut.

As discussões sobre educação e formação profissional encaminhadas pelas Centrais Sindicais, ainda que no início tenham tido um caráter amplo e incipiente, demonstram o longo processo de maturação do movimento sindical sobre questões que afetam o mundo do trabalho e que exigem reflexão constante diante da reestruturação produtiva atual e dos processos de democratização da sociedade moderna.

O Pensamento atual das CENTRAIS SINDICAIS e da CNI para identificar o posicionamento atual das Centrais Sindicais sobre Formação Profissional, foram analisados os dois últimos documentos divulgados : “Um Projeto para o Brasil : A Proposta da Força Sindical “e “Textos para a 7a Plenária Nacional da CUT” .Em relação as propostas empresariais foram considerados o documento “Ponto de Partida:Propostas de Mudanças para o Sistema CNI 1995-1998”, além de 8(oito) entrevistas realizadas com os presidentes das Federações de Indústrias das diversas regiões do país.

### A reestruturação produtiva e as novas exigências para o trabalhador

O documento da Força Sindical descreve as características do novo paradigma de produção da base técnica, aplicação de novas tecnologias à produção, aumento de produtividade e de qualidade dos produtos, novas formas de organização do trabalho, processo de terceirização, diminuição dos níveis hierárquicos, ampliação dos campos de atuação tecnológica dos trabalhadores, participação dos trabalhadores nas decisões e no planejamento), enfatizando seus aspectos positivos. Assinala que os sistemas flexíveis de produção pressupõem trabalhadores "com uma robusta educação geral e profissionalizante, sendo que o processo de implantação vem acompanhado de elevação salarial. O trabalhador deixa de ser visto como um simples componente de custo e passa a ser visto mais como um recurso, uma fonte de conhecimento para o aperfeiçoamento do processo produtivo". Para a Força Sindical "esse novo contexto demanda, por um lado, uma nova interação do trabalhador com a empresa e com o processo produtivo, e por outro, uma formação, ao profissional, ou de uma forma mais geral, uma qualificação do trabalhador adequada aos novos tempos." O documento da CUT não analisa propriamente a reconversão produtiva, mas os discursos programáticos e políticas explícitas propostas pelas classes dirigentes, políticos e alguns intelectuais, a ela relacionados. Tece, então, uma série de comentários sobre esses discursos, atribuindo-lhes um cunho econômico e tecnicista" que tem como eixo "a busca de maior produtividade, imposta pela intensificação da concorrência internacional". Para a CUT, nesses discursos "as alterações no processo produtivo em seu conjunto caminhariam rumo a integração do trabalho e a intelectualização da produção o mercado exigiria um trabalhador 'Polivalente, multi-habilitado, portador de maiores conhecimentos gerais, científicos e tecnológicos, isto é, com maior escolaridade". Desta forma, "o interesse pelo ensino teórico fundamental estaria fazendo emergir uma conjugação de interesses entre o mundo capitalista e a escola clássica".

Na verdade, diz a CUT, os discursos econômicos e tecnicistas estariam atualizando concepções da Teoria do Capital Humano dos anos 50, ao considerarem a formação da força de trabalho como "a alavanca ou o obstáculo da produtividade". Na visão do documento, os discursos atuais chamam a atenção para "traços socialmente construídos, para valores e normas que ultrapassam a aquisição de saberes tecnológicos especializados e remetem a processos globais de socialização". Isto evidenciaria o objetivo de "controle sobre os conteúdos da formação, ao/qualificação

"de maneira a garantir que o trabalhador esteja a serviço da produtividade da empresa".

Entre outros argumentos, o documento aponta que "a polivalência não significa necessariamente intelectualização do trabalho, mesmo tratando-se de equipamentos complexos", "as transformações não tem o caráter generalizado que lhe atribuem esse tipo de discurso, havendo sim, a convivência de paradigmas e uma qualificação diferenciada". Em conseqüência, "a tese da elevação tendencial média da qualificação é uma visão otimista demais", tudo indicando que estaria ocorrendo mais "um processo agudo de segmentação do que uma tendência continua para a chamada "qualificação superior ou qualificações-chaves". Para a CUT, constata-se "a divisão do mercado em um segmento estável, com relativo nível de qualificação, e outro segmento instável e pobremente qualificado, que tem que contar com emprego legalmente inseguro". As inovações tecnológicas e as mudanças na organização do trabalho tem agravado a crise de desemprego que empurra o trabalhador para o mercado informal(hoje 40% da população ocupada) e "vem demarcadas pela lógica da exclusão".

Os empresários, por sua vez, em seu último documento de 1995, "ambicionam ser agentes e empreendedores do desenvolvimento industrial e da modernização", e explicitam a concepção da visão estratégica que deve nortear os rumos das decisões empresariais: "partir da identificação das características que dominarão o ambiente em que a indústria estará se movendo nos próximos anos". Deste modo, os empresários destacam como cenários: a globalização da produção, os novos padrões tecnológicos, a intensificação dos movimentos de integração regional e a necessidade de maior competitividade da indústria brasileira.

Uma outra parcela da agenda são as novas competências articuladas aos novos desafios estratégicos. A expressão da visão estratégica prioriza o aumento da produtividade e exigência e, com isto, as questões tecnológicas e, principalmente, a educacional, são colocadas no fulcro das atenções. Para o empresariado é necessário, pois, "desenvolver projetos de investimento para ampliar o estoque de capital humano na sociedade, seja de ponta - uma vez que a pressão competitiva deve exigir cada vez mais inovação - seja na base, através da educação básica já que os novos processos de produção requerem trabalhadores cada vez mais qualificados".

O documento aponta para a necessidade de um trabalho orgânico de revisão da atuação das instituições que compõem o Sistema CNI - como as de formação

profissional- pautando-se na eficácia, na gestão com perfil empresarial e na clara demonstração dos benefícios para os clientes finais. Esta estratégia implicaria na redução de custos, terceirização dentro do Sistema, profissionalização dos recursos humanos das entidades, prestação de serviços como geração alternativa de receita, e compatibilização das ações de formação profissional e treinamento com o processo de modernização industrial do país.

A análise das entrevistas com os presidentes de Federações das Indústrias revela uma consistência de posicionamentos consoantes com as diretrizes gerais traçadas pela CNI, e os principais pontos de consenso sobre o modelo de formação profissional a ser desenvolvido incluem a manutenção da aprendizagem industrial para jovens, com adequações as novas exigências das empresas ; a atuação do SENAI na difusão de novas tecnologias ; a busca do trabalhador polivalente (sendo a polivalência entendida desde o seu sentido mais restrito até ao mais amplo - iniciativa e participação do trabalhador no processo produtivo) ; a centralização da administração da formação profissional; o caráter privado da gestão das instituições de formação ; a redução de custos operacionais ; expansão do atendimento através de parcerias com instituições públicas e privadas desde que o SENAI tivesse a liderança e o controle do processo ; permanência no atual sistema de financiamento compulsório com busca de fontes alternativas de receita; e participação dos trabalhadores na discussão da formação profissional através das empresas e não em Conselhos Consultivos tripartites .

Alguns pontos não foram consensuais e dividiram a opinião dos empresários : o SENAI deveria atender apenas ao setor industrial formal versus o SENAI deveria atender ao setor industrial, mas também ao setor informal, aos desempregados e aos jovens marginalizados. A política de formação profissional não faz parte da política educacional pública do país versus a política de formação profissional deve ser compreendida como política pública e deve ser integrada as demais políticas públicas como a Educacional, a Econômica, a Industrial e de Mercado de Trabalho e a de Ciência e Tecnologia.

## CONCLUSÕES

Constata-se, no momento atual, a ênfase na política de formação de recursos humanos” como estratégia de competitividade e produtividade industriais, por parte do Estado através dos Ministérios da Educação e do Trabalho. Por parte da sociedade civil atores sociais diferenciados apresentam seus projetos e os colocam

na esfera política, documentação educacional, formação

O emprego mola m educaci educação fundam hoje, de autonom e regul

Para os dos pro lideran estratégia das ent empres articul sobre f

Quanto que são sua área do Est profess e da so Consic empre civil e

Por ou Atravi conce currici progr



na esfera pública. Parece ser este um momento privilegiado para a discussão política já que empresários e trabalhadores expressaram, com nitidez, em seus documentos, as concepções, pressupostos metodológicos, e conteúdos da educação, assim como as bases da gestão e do financiamento dos modelos de formação profissional.

O empresariado industrial organizado em torno da CNI tem a educação como mola mestra da dinâmica de modernização industrial, e passa a exigir do sistema educacional quadros de níveis superiores mais eficientes e uma ampliação da educação geral para os trabalhadores industriais. A perspectiva economicista que fundamenta suas concepções indica que a teoria do capital humano reveste-se, hoje, de um verniz "humanista", com preocupações marcantes com a iniciativa, a autonomia e a participação dos trabalhadores, desde que devidamente controladas e reguladas.

Para os empresários, a participação dos trabalhadores no planejamento e formulação dos programas de formação profissional das instituições não ocorre porque as lideranças sindicais são despreparadas para discutir este assunto tão complexo e estratégico para o país, além de haver uma precariedade de, representatividade das entidades sindicais. Por outro lado, os trabalhadores já participam, em suas empresas, de programas de qualidade total, e as empresas, por sua vez, estão articuladas com o SENAI, dispensando-se, por isso sua presença na discussão sobre formação profissional.

Quanto a gestão da formação, os empresários administram privadamente recursos que são públicos, considerando as instituições de formação profissional como de sua área de competência. Reivindicam a contribuição compulsória repassada através do Estado e por ele garantida e monopolizam as ações na área da formação profissional. Recusam a gestão tripartite das instituições retirando dos trabalhadores e da sociedade a possibilidade de intervir em área de interesse de toda a coletividade. Consideram a política de formação profissional como parte da esfera de decisão empresarial, já que o SENAI é uma entidade de direito privado nos termos da lei civil cabendo sua organização e direção a CNI.

Por outro lado, os interesses dos trabalhadores organizados não são homogêneos. Através da análise dos documentos das Centrais Sindicais, percebe-se que as concepções de Educação, seus pressupostos epistemológicos, as propostas curriculares, os conteúdos educativos, a forma de gestão e financiamento dos programas de formação profissional se diferenciam na perspectiva da Força Sindical

e da CUT. Enquanto para a primeira, o objetivo do sistema de formação profissional seria basicamente o de desenvolver plenamente a capacidade do trabalhador com vistas aos desafios que os esperam no processo de produção”, para a segunda, este objetivo não pode ser reduzido ao mero adestramento da mão-de-obra para o mercado(...) e sim “contribuir para a formação de trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente comprometidos com a luta pela transformação da sociedade “. Nesse sentido a educação orientada para o trabalho seria, ao mesmo tempo, educação profissional e educação política.

Se, por um lado, o “sindicalismo propositivo” se aproxima da visão empresarial de adequação do estoque de capital humano as necessidades da reestruturação produtiva, de integração pura e simples da educação as exigências da ordem econômica, a Cut aponta para uma visão de educação ampliada, que inclui conhecimentos científicos e tecnológicos assim como conhecimentos gerais sobre a sociedade e a cultura que viabilizem o encontro sistemático entre cultura e trabalho e possibilitem a compreensão crítica da vida social, da evolução técnico-científica, da história e da dinâmica do trabalho. Nesta perspectiva, uma educação integral ou politécnica pressuporia a integração do ensino geral secundário e o ensino profissional-técnico.

Entretanto, apesar das divergências marcantes entre as Centrais, é possível constatar-se a reivindicação de ambas pela vinculação cada vez maior da educação profissional com a educação geral; por uma real participação dos trabalhadores no processo de sua própria formação; pela gestão tripartite das agências de formação profissional e pela discussão ampliada das formas de financiamento e avaliação da aplicação de recursos.

## BIBLIOGRAFIA

- CNI. Ponto de Partida: Propostas de Mudanças para o Sistema  
CNI 1995-1998.Rio:CNI/SESV SENAI/IEL, 1995.
- CNI/OIE/ACE. Educação Básica e Formação Profissional: Uma Visão dos  
Empresários.Salvador: CNI, 12 a 16 de julho de 1993.
- CNI. Competitividade Industrial. Uma Estratégia para o Brasil.Rio:CNI, 1988.
- CNI. Competitividade e estratégia Industrial: A visão de líderes industriais brasileiros.Rio:  
CNI, 1989.

CUT. Resoluções da 7ª Plenária Nacional Zumbi dos Palmares. 30 de agosto a 2 de setembro /1995. São Paulo: Informacut, 257, set. 1995.

CUT. Textos para Debate. 7ª Plenária Nacional. 30 de agosto a 2 de setembro/95. São Paulo: CUT, 1995. CUT. 5o CONCURTO. Resoluções. S. Paulo: Exec. Nacional CUT, 1994.

CUT. Rumo à construção de um projeto educacional para o país. São Paulo: CUT, abril 1995.

Neise Deluiz. R. Gago Coutinho 60/505. Rio . CEP 22 2221-070

